

DUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE LÍNGUA HISTÓRICA: A FILOLOGIA E O ESTUDO GENEALÓGICO DAS LÍNGUAS¹

1

Edson Ferreira Martins²

RESUMO: Embora hoje em dia seja consensual a afirmação de que a Linguística como ciência moderna, fundamentada essencialmente sobre o empirismo e a construção de modelos teóricos, tem seu início na virada dos séculos XVIII e XIX com os estudos histórico-comparativos, a percepção de que a língua é um objeto mutável, isto é, provido de história, é de data bem anterior. De fato, situar o nascimento da linguística como um *deus ex machina* no início do novecentos, fazendo *tabula rasa* das contribuições dos estudos linguísticos feitos desde a Antiguidade (de cariz histórico ou não), equivaleria a desconsiderar o próprio fazer histórico da ciência linguística, senão o da própria história como desenvolvimento contínuo (CÂMARA Jr., 1975). Neste trabalho, sem a pretensão

de fazer um esboço linear e exaustivo sobre os períodos históricos e autores – como é comum observar nos manuais de história da linguística – pretendo percorrer, pela evolução do pensamento linguístico, os caminhos trilhados na formação da ideia de *língua histórica* (COSERIU, 1979 [1958]), privilegiando os momentos que antecedem o “nascimento” da Linguística. Neste percurso, analiso duas tradições específicas: o surgimento dos estudos filológicos na Antiguidade; e a problematização acerca da questão da origem da linguagem³, que se construirá orientada para a análise do parentesco interlinguístico. Finalizando o texto, demonstro como tais abordagens foram importantes para a eclosão do historicismo linguístico, que se tornaria o ponto de vista predominante no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Língua histórica. Filologia. História das línguas.

¹ Agradeço ao apoio concedido pelo Programa AlBan, Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para a América Latina (bolsa nº E07D400415BR).

² Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em Linguística na Universidade de Évora, Portugal. Professor assistente no Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa.

³ Em virtude da diversidade inumerável de abordagens sobre o amplo tema da *linguagem*, do que surgem diversas definições para o termo, esclareço que meu interesse neste texto se circunscreve apenas a um *tipo* específico, o da linguagem articulada, pelo que as referências feitas à expressão devem ser interpretadas como equivalentes ao sentido de *linguagem humana*.

*Nam quicumque tam obscene rationis est ut locum sue nationis delitiosissimum credat esse sub sole, hic etiam pre cunctis proprium vulgare licetur, idest maternam locutionem, et per consequens credit ipsum fuisse illud quod fuit Ade. Nos autem, cui mundus est patria velut piscibus equor, quamquam Sarnum biberimus ante dentes et Florentiam adeo diligamus ut, quia dileximus, exilium patiamur iniuste, rationi magis quam sensui spatulas nostri iudicii podiamus.*⁴

Dante Alighieri

I. O NASCIMENTO DA FILOLOGIA

Duas tradições culturais distintas da Antiguidade nos dão testemunhos de reflexões sobre os estudos da linguagem: a oriental, por meio dos trabalhos dos hindus; e a ocidental, pela cultura grega, mais tarde greco-latina, por força da helenização do Império Romano⁵ e da transmissão deste saber gramatical à Idade Média.

Sobre a primeira, os estudos mais antigos legados são do século IV a.C. Trata-se do *Nirukta*/[Explicação], atribuído a Yâska, cuja “explicação” incide sobre as palavras do *Rigveda*/[Veda dos hinos], o primeiro dos quatro vedas do Hinduísmo. Pelo que sabemos, a linguística da Índia não teve uma orientação histórica. Seja como for, numa certa medida, vemos nos estudiosos hindus o embrião de uma preocupação filológica, uma vez que o *Nirukta* se destinava ao esclarecimento de um texto que já estava se tornando obscuro, isto é, que era sentido por seus usuários como um uso linguístico *diacrônico*. Ainda neste século, o gramático Pânini daria um impulso ao estudo normativo da gramática do sânscrito nas *Sutras*, mais tarde difundidas (supostamente no século II a.C.) pelo *Mahâbhâsya*/[Grande Comentário], de Pantañjali.

A história do Ocidente encarregar-se-ia, no entanto, de demarcar uma filiação imorredoura com outra tradição cultural, a grega (mais tarde assimilada com certo grau de criatividade pelos romanos), o que determinaria de forma significativa os caminhos a serem trilhados nos estudos sobre a natureza da linguagem humana. Por seu turno, a linguística hindu desenvolver-se-ia autonomamente em relação ao Ocidente, a quem os trabalhos dos sanscritistas ficariam ignotos por bastante tempo, até a “descoberta” do sânscrito no fim do século XVIII.

Dentro do conjunto de saberes legados ao Ocidente pela cultura grega, os helenos não foram nada indiferentes à preocupação com a questão da linguagem. Conforme já adverti, não é meu interesse aqui recobrir nem cronológica, nem

⁴ “De fato, todo aquele que tem uma mente tão deturpada, a ponto de crer que o lugar em que nasceu seja o mais belo sobre a terra, pensa também que seja superior a todos os outros o seu próprio *vulgare*, isto é, a sua língua materna, e por conseguinte crê que este seja aquele mesmo falado por Adão. Eu, porém, para quem o mundo inteiro é a pátria, como para os peixes é o mar, se bem que tenha bebido a água do Arno antes de ter dentes, e ame tanto Florença a ponto de sofrer injustamente o exílio, prefiro apoiar o meu juízo mais na razão que no sentimento” (*De Vulgari Eloquentia*, I, 6, 2).

⁵ Sobre a recepção da filologia em Roma e sua transmissão à época medieval, veja-se Herrero (1976, p. 239-287).

detalhadamente as tão férteis quanto antagônicas posições defendidas pelos poetas e filósofos gregos sobre a natureza da linguagem, mais tarde acrescidas dos apontamentos de filólogos e gramáticos.⁶ As indagações dos sofistas, retomadas pelos diálogos platônicos dedicados ao tema, como sucede no *Crátilo*, que versa sobre a relação entre o mundo real e os nomes, donde a especulação de se conhecer se a linguagem é natural ou fruto de uma convenção, tocando, enfim, nos domínios da origem da linguagem e da etimologia; a teoria aristotélica das partes do discurso; as teorias gramaticais de Dionísio da Trácia e de Apolônio Díscolo, são apenas exemplos, sem dúvida os mais importantes, dos estudos empreendidos por eles.

Se os hindus haviam se preocupado com a explicação de seus textos sagrados antigos, situação semelhante ocorrerá com os gregos, que verão, no curso das transformações sociais e políticas da Hélade, a necessidade de se fazer a exegese dos textos literários arcaicos. Neste trabalho filológico, ganham relevo as epopeias atribuídas a Homero, datadas entre o século IX e VIII a.C. No princípio, prevaleceu na literatura grega a transmissão oral dos textos. Trechos da *Ilíada* e da *Odisseia* podiam ser ouvidos em ocasiões festivas, recitados pelos aedos e rapsodos. Posteriormente, a julgar pelo testemunho de Xenófanes⁷, passaram a ser aprendidos nas escolas, fazendo de Homero o “educador da Grécia”, como viria a chamá-lo Platão.⁸

Mas, se quisermos observar mais especificamente o desenvolvimento de uma preocupação sistemática com o estudo filológico destes textos, devemos nos centrar no período helenístico. O sucesso imperialista das campanhas de Alexandre Magno criara as condições materiais aos gregos para a construção da grande biblioteca de Alexandria. O acervo desta biblioteca, a mais rica da Antiguidade, compreendia obras que iam das ciências desenvolvidas pelos gregos (dentre elas, a medicina, a aritmética, a geometria, a astronomia) às obras literárias. É nesse momento que os filólogos alexandrinos estabelecem os cânones literários segundo os gêneros cultivados pela literatura grega. É deles a divisão dos poemas homéricos, que herdamos, em livros de vinte e quatro cantos cada um, cifra sugerida pelo número total das letras do alfabeto grego.

A escola alexandrina era continuadora dos estudos feitos pelos estoicos, mas, diferentemente destes (que se dedicaram à temática aristotélica das partes do discurso), interessavam-se em desenvolver preferencialmente estudos literários que linguísticos, impondo a si próprios a tarefa da investigação que visasse ao estabelecimento dos mais antigos documentos literários gregos. Aristarco de Samotrácia, um dos curadores da referida Biblioteca, torna-se o modelo do filólogo consciente de seu ofício, dedicando-se exaustivamente à crítica do texto homérico. Mas “o educador da Grécia” fornecera bem mais que arte literária com seus textos. No que se refere ao componente linguístico destas obras, o texto homérico tinha sido escrito

⁶ Para uma introdução consistente ao desenvolvimento do pensamento gramatical grego, veja-se Neves (1987).

⁷ Cf. frg. 10 Diels-Kranz.

⁸ Cf. *República*, 606e-607a.

numa língua heterogênea, literária e artificial, que deixa entrever na sua própria tessitura a confluência de variações diatópicas e diacrônicas. Os filólogos alexandrinos encontraram ali variedades linguísticas diferentes do ponto de vista geográfico (os textos tinham sido compostos em dialetos diferentes, com predominância do iônio e do eólio; na época helenística, houve, ainda, a adição de formas áticas, quando da edição definitiva dos poemas) e, naturalmente, do ponto de vista diacrônico, pelos aproximadamente seis séculos que distanciavam a “língua homérica” da *koiné* da época helenística.

Dos escritos filológicos hindus, embora anteriores aos dos gregos, ficaria a Europa sem notícia até o Romantismo, quando o gosto do clássico – reavivado em séculos anteriores pelo Renascentismo e estendido até o Neoclassicismo – será substituído pelo estudo de outras culturas, tidas como exóticas ao olhar eurocêntrico, como é o caso da cultura da Índia Antiga. Assim, coube à filologia grega abrir à tradição ocidental, com base no conhecimento acumulado até aquele momento, uma perspectiva incipiente ao estudo histórico das línguas. Não há, ainda, nenhuma formulação consistente de estudos diacrônicos. De fato, os filólogos alexandrinos, ao manifestarem a preocupação com a fixação e a transmissão dos textos gregos antigos, obrigatoriamente se posicionaram frente à *muabilidade* como um traço que afetava a constituição e a existência históricas do *letos*, embora estivessem mais interessados na *estaticidade* que na *modificação*, através da estabilização e preservação do cânone literário. Trabalhando sobre textos compostos em diversas fases dos dialetos gregos, os filólogos alexandrinos desenvolveram com um grau de exigência bastante convincente uma crítica textual (PEREIRA, 2006) que será importante, de algum modo, para o desenvolvimento dos métodos de pesquisa em filologia e linguística histórica.

2. A GENEALOGIA DAS LÍNGUAS E A ETIMOLOGIA HISTÓRICA

Os estudos que, de alguma forma, contribuíram para o entendimento das línguas como realidades históricas voltam à cena na Idade Média sob o tema da origem da linguagem. No entanto, seria enganoso pensar que o conhecimento acumulado sobre o estudo histórico das línguas na época medieval foi obra de um conjunto de pensadores, que tenham refletido de forma sistemática sobre as questões históricas. Na verdade, antes da formação do método histórico-comparativo por Rask, Bopp e Grimm, os estudos de classificação das línguas por meios históricos nasceram de trabalhos de um ou outro autor, que não foram retomados por seus contemporâneos e seguidores, pois, naquele período,

o peso das pesquisas linguísticas estava colocado na descrição e a análise dos idiomas, no desenvolvimento da teoria sincrônica, nas questões pedagógicas ou noutras de caráter prático e, finalmente, no que podemos em sentido amplo chamar “filosofia da linguagem”, i.e., teorias gerais sobre a importância e função da linguagem na vida humana (ROBINS, 1979, p. 119).

Quando nos referimos acima à Idade Média, melhor seria dizer que falamos de dois homens, situados em momentos bem distintos da época medieval: Santo Isidoro de Sevilha (circa 562-636) e Dante Alighieri (1265-1321).

No caso de Isidoro, o autor faz algumas observações sobre a origem e a diversidade linguística no capítulo intitulado *De Linguis, Gentibus, Regnis, Militia, Civibus, Affinitatibus*, que abre o livro IX das suas monumentais *Isidori Etymologiarum*. Com o fortalecimento do Cristianismo, aceito como religião oficial do Império Romano desde Constantino, e a conseqüente institucionalização do Catolicismo, já nos inícios da Idade Média, o hebraico desfrutava de uma certa condição de relevância como língua, ao lado do latim e do grego. Se as duas línguas “pagãs” eram importantes pela cultura humanística que encerravam, Santo Isidoro de Sevilha se encarrega de canonicar a tríade linguística, venerando o hebraico como a própria língua divina, falada no Paraíso: “Tres sunt autem linguae sacrae: Hebraea, Graeca, Latina, quae toto orbe maxime excellunt. His enim tribus linguis super crucem Domini a Pilato fuit causa eius scripta”⁹. Na opinião de Carvalhão Buescu (1969), há um afastamento do dogmatismo absoluto da versão genesíaca do mito adâmico da criação da linguagem, quando o teólogo se preocupa em problematizar a questão a partir de uma diferença proposta entre a língua que Deus teria usado para se comunicar com o homem (o hebraico) e uma outra, uma linguagem espiritual, usada apenas pelos espíritos e pelos anjos. Seja como for, permanece inalterada a precedência do hebreu como a primeira língua humana, vista nesta ótica como dádiva divina ao homem.

É de se notar que Isidoro esboça fazer também uma análise histórica e dialetológica de outros idiomas. Primeiro do grego, classificado por ele como “inter ceteras gentium clarior”¹⁰, e dividido em cinco variedades diatópicas: koiné, ática, dórica, jônica e eólia. Quando trata do latim, o autor expõe com mais clareza delineamentos diacrônicos, reconhecendo nas variedades que denomina, respectivamente, de *prisca*, *latina romana* e *mixta*, as fases de evolução da história romana. Em seguida, Isidoro aponta ver semelhanças entre o sírio, o caldeu e o hebreu, mas seu juízo sobre a questão para neste ponto. Estaríamos presentes a um esboço longínquo de um conflito entre fé e razão, perceptível mais claramente no discurso dos gramáticos renascentistas?

Em outro espaço, em outro tempo, em que pese a forte influência da teologia cristã ainda dominante em sua época, escreve Dante. Para além dos méritos que se lhe apontam como grande literato no contexto do *trecento* italiano, a historiografia linguística contemporânea reconhece nele um dialetólogo *avant la lettre* (WALTER, 1996). Suas reflexões sobre a linguagem e a origem das línguas, não raras vezes presentes em suas obras, avultam como tema principal no *De vulgari eloquentia*. Escrito em latim, quando o idioma dos romanos fazia às vezes de língua das ciências

⁹ “Três são as línguas sagradas: a hebraica, a grega e a latina, que muito sobrepõem [a todas as outras] em todo o orbe. Com efeito, nestas três línguas foi escrita por Pilatos, sobre a cruz do Senhor, a sua causa” (*Etym. Lib.*, IX, I, 3).

¹⁰ “[...] a mais esclarecida entre as outras [línguas] dos povos” (*Etym. Lib.*, IX, I, 4).

em detrimento das línguas nacionais dos estados europeus¹¹, o autor inaugura o primeiro estudo histórico comparado de línguas europeias. Pela análise de certas semelhanças lexicais, Dante distingue três famílias: a germânica, a latina e a grega. Mas seu mérito vai ainda além disso, ao ligar o nascimento dos diferentes vernáculos europeus às diferenciações dialetais do latim e ao conjecturar que todas devem ter como origem uma mesma língua mãe.

As reflexões sobre a origem da linguagem em Dante são orientadas de um lado pelo tratamento aristotélico, acrescido dos comentários tomísticos, do tema do homem como *animal rationale*; e de outro, pelo pensamento cristão sobre a origem e criação do mundo, expressos na narrativa bíblica genesíaca. Ainda que guardando fundamentalmente a marca do cristianismo medieval, as opiniões de Dante reinterpretem a tradição judaico-cristã com apontamentos originais, extremamente modernos sobre a natureza da linguagem humana, abordando, a seu modo, entre outras questões, o problema histórico da origem da linguagem. De uma parte, defende a ideia de que Deus criou uma “certam formam locutionis” (em que o adjetivo latino qualifica esta *forma locutionis* como *certa*, isto é, *precisa*), com a qual capacitou o homem de se expressar, negando tal faculdade aos anjos e aos outros animais: “apenas ao homem foi concedido o dom da fala”.¹² Assim, para Dante, o primeiro ser humano a falar teria sido Adão, e não Eva, como estabelece a sagrada escritura; o autor conjectura até mesmo que a primeira palavra do *homo loquens* teria sido “Deus”.¹³ Doutra, busca versar sobre a importância de se defender as qualidades expressivas do *volgare*, em comparação com o latim. Neste ponto, o autor põe em evidência o que modernamente designaríamos como a *natureza social do uso linguístico*, ao dimensionar os limites de aprendizagem e de utilização entre dois tipos de registro coexistentes à sua época: a língua natural (*il volgare*), isto é, a língua popular, aprendida desde o berço; e a língua artificial (o latim); exemplificando esta relação a partir do bilinguismo típico que condicionava a expressão intelectual dos escritores mais ou menos contemporâneos do autor da *Divina Comédia*.

A visão da origem da linguagem na época de Dante, que perduraria *grosso modo* até a virada do século XVIII para o XIX, era oriunda da versão judaico-cristã cujo trecho, embora bastante conhecido, transcrevo abaixo.¹⁴ Trata-se da célebre

¹¹ No caso da Itália de Dante, lembre-se que o país não era ainda uma república una e independente, fato que só viria a se concretizar bastante tardiamente, já no século XIX. Não havia, também, o sentido de uma língua supraindividual, como ocorre hoje com o uso do toscano, sendo a preocupação com a unidade da língua literária italiana uma das razões expostas por Dante para a escrita de seu tratado.

¹² Cf. *De vulgari Eloquentia*, I, 4, I.

¹³ Literalmente, o texto diz: “Quid autem prius vox primi loquentis sonaverit, viro sane mentis in promptu esse non titubo ipsum fuisse ‘Deus’ est, scilicet **EI**, vel per modum interrogationis vel per modum responsionis” (ibidem, I, 4, 4). A forma negritada é uma das referências ao nome divino, enumeradas por Isidoro de Sevilha. (grifos meus)

¹⁴ Embora o capítulo II do *Gênesis* trate inteiramente da questão da diferenciação linguística da espécie humana, deve-se notar que há passagens no capítulo anterior que já o anunciam: de fato, após o dilúvio, quando o texto fala da repartição de terras entre Sem, Cam e Jafeth, os filhos de Noé, lê-se que “foram repartidas as ilhas das nações nas suas terras, cada qual segundo a sua língua, segundo as suas famílias, entre as suas nações” (*Gên.*, 10). A tradução citada é a de Almeida (1989).

narrativa da construção da torre de Babel, ou “*turris confusionis*”, como a interpreta Aliguieri, segundo a qual a língua do povo eleito – a língua adâmica, mais tarde a língua de Heber, descendente de Sem – gozava da condição de primeira e única a ser falada sobre a terra, até a “confusão” interlinguística promovida por Javé como castigo à soberba e à estultícia humana:

E era a terra de uma mesma língua e de uma mesma fala. E aconteceu que, partindo eles do oriente, acharam um vale, na terra de Sinear; e habitaram ali. E disseram uns aos outros: Eia, façamos tijolos e queimemo-los bem. E foi-lhes o tijolo por pedra, e o betume por cal. E disseram: Eia, edifiquemos nós uma cidade e uma torre, cujo cume toque nos céus, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. Então desceu o Senhor, para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; E disse: Eis que o povo é um, e todos tem uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos, e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro. Assim o senhor os espalhou dali, sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra (*Gênesis*, 11).

O gênio de Dante, observador arguto, não se contenta em adotar literalmente a visão bíblica, mas acrescenta uma interpretação notável e originalíssima: a de que o castigo divino da multiplicação das línguas não seria uma babelização absoluta, isto é, de indivíduo para indivíduo; Javé impôs a pena aos homens, adotando um critério segundo o qual os homens pecadores que sujavam suas mãos com a construção da ignominiosa torre preservariam entre si a mesma língua, desde que fossem “oficiais do mesmo ofício”. Assim, teria nascido uma língua dos arquitetos; outra dos que preparavam as pedras a serem empilhadas; e nasceria, outra ainda, a língua dos simples trabalhadores. O comentário de Dante mais uma vez demonstra sua compreensão da relação estreita entre fatores sociais e linguísticos, desta vez orientados para os condicionamentos impostos pela estratificação social do uso linguístico relacionados àquilo que abordagens modernas como as da dialetologia e da sociolinguística chamariam de variável *profissão*.

No Renascimento, a influência da tradição teológica continua a se fazer presente na doutrina gramatical europeia, ainda que certos autores venham produzir suas reflexões perante o conflito do teológico com o empírico, “divididos entre o dogma e um posicionamento marcadamente crítico” (BUESCU, 1984, p. 188). A necessidade de afirmação política das variedades linguísticas faladas pelos estados europeus como línguas nacionais (em detrimento do latim) trazia consigo uma preocupação histórica, na medida em que os autores das primeiras gramáticas dos vernáculos estavam interessados em demonstrar que tais variedades, usadas até então

mormente para as conversações informais, eram tão belas e ricas para a expressão do pensamento como o idioma legado pelos romanos.



Figura 1: *Torre de Babel*, óleo sobre madeira, Pieter Bruegel, o Velho, 1563, Kunsthistorisches Museum, Viena.

© KUNSTHISTORISCHES MUSEUM, VIENNA

Santo Isidoro de Sevilha é a fonte direta onde, via de regra, os gramáticos renascentistas vão buscar o argumento de autoridade.¹⁵ Nesse contexto, crescem as especulações renascentistas sobre a origem da linguagem, sempre com as opiniões acerca da ancestralidade absoluta recaindo no hebreu. É o caso das obras *De originibus seu de Hibraicae linguae et gentis antiquitate, atque variarum linguarum affinitate*, escrita em 1538, de autoria do francês G. Postel; e *De ratione communi omnium linguarum et litterarum commentarius*, esta datada de 1548, do erudito suíço Theodor Buchman. Dois anos antes, o italiano Pier Francesco Giambullari, em *Il Gello*, defendia categoricamente a origem do florentino como descendente direto do etrusco, que, por sua vez, remontaria ao hebreu (KRISTEVA, 1969).

Quanto ao início da tradição gramatical em língua portuguesa, tanto Fernão de Oliveira quanto João de Barros abordam a questão. O segundo, no seu *Diálogo em*

¹⁵ Cf. BUESCU (1969), particularmente o item 3.1, “Origem e natureza da Linguagem. Babel ou a ruptura do signo”.

Louvor da nossa Linguagem (1539-40), faz o seguinte comentário, que só poderia provir de um espírito vivaz e irrequieto, típico do conflito intelectual que acometia o homem renascentista, com um olho na tradição e outro na “transgressão”:

Os Hebreos, por serem os primeiros a quem Deus quis communicar a criação do mundo, **afirmam** que a lingua do nosso primeiro pádre Adám foi hebreá, aquélla em que Mousés escreveu os livros da lei. Os Gregos querem que **seja** a caldeá, porque nesta linguagem confessou Habrá a Deus, e dizem que a língua hebreá nam é máis que caldeu corrompido. **Quál destas seja a verdáde é contenda de tam gráves barões, a nós nam é liçito afirmár.**

.....
E disto tomarás ô que máis quadrár ao teu intendimento, levando por guia as autoridades da Sagrada Escritura.¹⁶

De acordo com Robins (1979), a ideia de que o hebreu era a primeira língua a partir da qual derivavam todas as demais aparece mais uma vez em Joseph Scaliger (1540-1609), um erudito francês, profundo conhecedor das sociedades do antigo mediterrâneo. Ele distinguiu onze famílias de línguas (entre elas quatro maiores que correspondem às atuais famílias românica, grega, germânica e eslava). No final do século XVII é a vez do sueco Georg Stiernhielm (1598-1672) fortalecer a tese monogenética partindo do hebraico, embora seu compatriota e contemporâneo Andreas Jäger (? - 1730) agisse com mais cautela no *De Lingua Vetustissima Europae*. É digno de nota que, na opinião de Jäger, tenha existido uma língua hipoteticamente falada na região do Cáucaso, que se estendeu pela Europa gerando línguas “filhas”, que produziram, por sua vez, o que hoje se reconhece como o persa, o grego, o celta, o gótico, e as línguas românicas, eslavas e germânicas, não conservando nenhum rastro ou sinal da língua materna.

No começo do século XVIII, os estudos comparativos vão tomando mais consistência entre os estudiosos. Além do já citado trabalho de Jäger, em 1702, J. Ludolf (1624-1704) defende a comparação entre as línguas com o uso de critérios rigorosos, sugerindo que a análise deva partir das semelhanças gramaticais, para depois se observar o léxico, mesmo assim apenas parcialmente, naquela parcela do vocabulário considerada mais segura, como é o caso dos nomes dados às partes do corpo. Em 1710 é a vez do filósofo alemão Leibniz (1646-1716) afirmar que a primeira língua falada pelo homem não pode ter sua fonte encontrada em nenhuma língua histórica conhecida, uma vez que, para ele, todas derivam de uma proto-língua. Para Leibniz, a hipótese monogenética continua válida¹⁷, mas o hebreu pertence à família arábica. O autor propõe uma distinção entre duas grandes ramificações¹⁸ a partir da língua original: o jafetista e o aramaico.

¹⁶ BARROS, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, in: Buescu (1969, p. 79-80). Os grifos são meus.

¹⁷ Não pensa assim Buescu (1983: 248), que pretende ver em Leibniz “as primeiras contestações da tese da monogênese linguística [...]”.

¹⁸ Na classificação linguística proposta pelo autor percebe-se a tentativa de adequação à descrição bíblica sobre os descendentes de Noé. Cf. a nota 9.

Leibniz era um grande entusiasta do estudo das línguas em geral, persuadindo a corte russa de Pedro, o Grande, a promover o estudo das línguas não-europeias do império russo. Chegou mesmo a intencionar criar um alfabeto universal, baseado no latino, para transliterar os sistemas de escrita de todas as outras línguas.

Com o interesse da imperatriz Catarina II, sucessora de Pedro, são elaboradas entre 1786 e 1789 as grandes sùmulas do conhecimento acumulado sobre a diversidade linguística até ali. O *Linguarum Totius Orbis Vocabularia Comparativa*, organizado pelo naturalista alemão Peter Pallas era composto de lista de palavras comparadas em duzentas línguas. Outra obra congênere é o *Mithridates*, do lexicógrafo germanista Johann Adelung (1732-1806), publicados em 1806 e 1817, que estendia a comparação ao número de quinhentas línguas, justamente no momento em que o estudo histórico das línguas iniciaria uma nova e importante etapa.

Vemos, assim, que os estudos de comparação entre línguas proporcionaram à linguística dita *pré-moderna* uma via significativa para a abordagem da língua como um objeto histórico. Além desse tipo de estudo, deve-se mencionar o tratado etimológico do francês Etienne Guichard. O autor recupera o estudo da etimologia, que desde a Antiguidade Clássica fora objeto de interesse dos gregos, sobretudo dos estoicos. A defesa estoica incidia na ideia de que os nomes foram criados naturalmente, isto é, eram representações conceptuais das verdades (*étymon*); e sob esse ponto de vista, cabia à etimologia verificar a concordância entre a palavra e o objeto denominado através das verdades reveladas pelos nomes.¹⁹ Em Guichard, não é mais esta preocupação dialética que está em discussão, mas antes a defesa de uma etimologia influenciada por uma visão histórica e orientada para a origem das línguas. Assim, em *A Harmonia Etimológica do Hebraico, Sírio, Grego, Latim, Francês, Italiano, Espanhol, Alemão, Flamengo e Inglês* (1606), o autor revela seu interesse histórico no parentesco interlinguístico, utilizando uma metodologia que, ao pesquisador moderno mais ensimesmado, pareceria algo ingênua. Guichard pretendia provar a derivação do grego, do latim e das línguas nacionais europeias face ao hebraico por meio de mudanças na ordem das letras das palavras nesta última língua. Como se sabe, diferentemente daqueles idiomas, o hebraico é escrito da direita para a esquerda. Este sentido cursivo “anormal” motivou o autor a estabelecer modificações nas palavras hebraicas por meio de adições, subtrações e inversões de letras, a fim de comprovar sua hipótese derivativa. Seja como for, ao procedimento investigativo de Guichard, vale a pena trazer à tona a reflexão sempre equilibrada de Mattoso Câmara Jr.:

embora muito simples estes pontos de vista, eram eles significativos porque, dessa maneira, uma nova abordagem à linguagem pouco a pouco tomava corpo: o estudo histórico da linguagem, pelo qual o homem chegaria à linguística propriamente dita (CÂMARA Jr., 1975, p. 26)

¹⁹ Cf. Neves (1987, p. 91-94).

Quando Sir William Jones, traduzindo as obras literárias hindus, percebeu um parentesco entre o sânscrito, o grego, o latim²⁰ e as línguas germânicas, estava trazendo à tona uma “descoberta” notável. Ao apontar que a semelhança lexical e gramatical entre estas línguas não poderia ser fruto do mero acaso, Jones fornecerá o mote fundamental para o desenvolvimento dos estudos históricos das línguas e da linguagem, sobretudo para os trabalhos da linguística histórico-comparativista. De outra parte, o laço histórico longínquo que sua observação sugere, no tempo e no espaço, atando os fios linguísticos entre oriente e ocidente, terá o efeito de uma nova revolução copernicana (pelo menos até aquele ponto em que a filologia esbarrará na falta de documentação escrita, limite do confronto entre pensamento científico e pensamento mítico), dando o impulso fundamental para a contestação, em termos positivos, da tese da precedência da língua adâmica.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Bíblia Sagrada: contendo o Velho e o Novo Testamento. [trad. de João Ferreira de Almeida]. Lisboa: Sociedade Bíblica, 1989.

ALIGUIERI, D. De Vulgari Eloquentia. In: **Dante Alighieri: Le opere latine.** Edizione a cura di Coglievina, Lokaj e Savino. Roma: Salerno Editrice, 2005, pp. 3-247.

BUESCU, M. L. C. **Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros.** Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

_____. **Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

_____. **Historiografia da Língua Portuguesa: século XVI.** Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984.

CÂMARA JR., J. M. **História da linguística** [trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo]. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística.** Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979 [1958].

HERRERO, V. J. **Introducción al estudio de la filología latina.** Madrid: Editorial Gredos, 1976.

²⁰ CÂMARA Jr.. (1975: 33) observa que o italiano Sassetti, no século XVI, e ainda o jesuíta francês Coerdoux, este no século XVIII, haviam já apontado uma relação do sânscrito e das modernas línguas hindus, ligadas a ele, com o grego e o latim. No entanto, o que disseram passou quase que por desconhecido, até a retomada da questão, por meio das observações de William Jones.

ISIDORO DE SEVILHA. **Etimologías**; versión castella total, por vez primera, e introducciones particulares de Don Luis Cortés y Góngora. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1951.

KRISTEVA, J. **História da Linguagem** [tradução de Maria Margarida Barahona]. Lisboa: Edições 70, 1969.

METCALF, G. Andreas Jager and His De Lingua Vetustissima Europae (1686). In: **Modern Language Notes**, vol. 81, nº 4, German Issue, 1966, pp. 489-49. Disponível em: <[http://www.jstor.org/sici?sici=0026-7910\(196610\)81%3A4%3C489%3AAJAHDL%3E2.0.CO%3B2-N&cookieSet=1](http://www.jstor.org/sici?sici=0026-7910(196610)81%3A4%3C489%3AAJAHDL%3E2.0.CO%3B2-N&cookieSet=1)>. Acesso em: 12 jun. 2008.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

PEREIRA, M. H. R. **Estudos de História da Cultura Clássica**. 10ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1979 [1967].

WALTER, Henriette. **A aventura das línguas do Ocidente: a sua origem, a sua história, a sua geografia** [tradução de Manuel Ramos]. Lisboa: Terramar, 1996.